O Mundo do Trabalho e a Guerra, Parte II: impactos desproporcionais sobre as trabalhadoras migrantes

El mundo del trabajo y la guerra, Parte II: Impactos desproporcionados en las trabajadoras migrantes

The World of Work and The War, Part II: Disproportionate Impacts on Migrant Women Workers

Frederico Peres

Resumo: O presente informe parte do reconhecimento de estarmos vivendo uma grave crise humanitária que, em diversas partes do planeta, tem custado a vida e forçado o deslocamento de milhões de pessoas, dentre as quais centenas de milhares de trabalhadoras e trabalhadores, que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade e profundamente expostos a abusos (de distintas ordens), exploração e abandono. Seja em Gaza, no Sudão ou no Irã, trabalhadores passam por dificuldades extremas para encontrar oportunidades de trabalho e emprego, muitos destes sendo forçados a recorrer à chamada "economia de sobrevivência", situação onde acabam aceitando trabalhos que ficam muito aquém de suas aspirações ou qualificações, com condições de trabalho e remuneração muito piores daquelas encontradas em tempos de paz, incidindo de forma desproporcional sobre trabalhadoras e trabalhadores mais vulnerabilizados — mulheres, pessoas com deficiência, trabalhadores autônomos, migrantes, entre outros —, mas também atingindo trabalhadores mais qualificados. Nesses contextos, e como estratégia para a superação das múltiplas crises no mundo do trabalho, associadas direta e indiretamente às guerras e conflitos armados, ao redor do planeta, destaca-se a importância da implementação de programas de emergência para a geração de trabalho e emprego, aliados à promoção das redes de proteção social e apoio a trabalhadoras e os trabalhadores afetados. Ampliar a proteção social no contexto da garantia do trabalho e do emprego decente, mesmo em situações de crise, é condição básica para a garantia de direitos fundamentais e da dignidade humana, incluindo o apoio aos grupos mais vulnerabilizados e às famílias deslocadas pela impossibilidade de viver e trabalhar em seus territórios de origem. As instituições e organizações do setor Trabalho, seja nos territórios impactados por conflitos ou globalmente, precisam contribuir para a pavimentação de caminhos rumo à paz e à reconstrução, como única forma de garantia de condições de vida e trabalho decentes para suas populações.

Palavras-chave: Trabalho decente; guerra; paz; condições de trabalho e emprego; vulnerabilização social.

Resumen: *Este informe parte del reconocimiento de que estamos viviendo una grave crisis humanitaria que, en diversas partes del mundo, ha costado la vida y provocado el desplazamiento de millones de personas, incluyendo a cientos de miles de trabajadores que se encuentran en una situación de extrema vulnerabilidad y profundamente expuestos a abusos (de*

diversa índole), explotación y abandono. Ya sea en Gaza, Sudán o Irán, los trabajadores enfrentan enormes dificultades para encontrar trabajo y oportunidades laborales, muchos de los cuales se ven obligados a recurrir a la llamada "economía de supervivencia", una situación en la que terminan aceptando empleos que distan mucho de sus aspiraciones o cualificaciones, con condiciones laborales y salarios mucho peores que los que existían en tiempos de paz. Esto afecta de manera desproporcionada a los trabajadores más vulnerables — mujeres, personas con discapacidad, trabajadores autónomos, migrantes, entre otros —, pero también impacta a trabajadores más cualificados. En estos contextos, y como estrategia para superar las múltiples crisis en el mundo del trabajo, directa e indirectamente asociadas a las guerras y conflictos armados en todo el planeta, destaca la importancia de implementar programas de emergencia para la generación de trabajo y empleo, junto con la promoción de redes de protección social y el apoyo a los trabajadores afectados. Ampliar la protección social en el marco de la garantía del trabajo y empleo decentes, incluso en situaciones de crisis, es una condición básica para garantizar los derechos fundamentales y la dignidad humana, incluyendo el apoyo a los grupos y familias más vulnerables desplazados por la imposibilidad de vivir y trabajar en sus territorios de origen. Las instituciones y organizaciones del sector Trabajo, ya sea en territorios afectados por conflictos o a nivel global, deben contribuir a allanar el camino hacia la paz y la reconstrucción, como única vía para garantizar condiciones de vida y trabajo dignas para sus poblaciones.

Palabras clave: *Trabajo decente; Guerra; Paz; Condiciones de trabajo y empleo; Vulnerabilidad social.*

Abstract: *This report acknowledges the existence of a significant humanitarian crisis that has resulted in the loss of lives and the displacement of millions globally, including hundreds of thousands of workers who are in a state of extreme vulnerability and are acutely susceptible to various forms of abuse, exploitation, and neglect. In Gaza, Sudan, and Iran, workers encounter significant challenges in securing employment, often compelled to engage in the "survival economy," where they accept positions that do not meet their aspirations or qualifications, enduring working conditions and compensation that are markedly inferior to those experienced during peacetime. This disproportionately harms the most vulnerable workers—women, individuals with disabilities, self-employed individuals, migrants, among others—while also affecting more skilled workers. In these contexts, as a strategy to address the numerous crises in the labor sector, directly and indirectly linked to global wars and armed conflicts, the significance of instituting emergency programs for job creation is emphasized, alongside the enhancement of social protection networks and assistance for impacted workers. Enhancing social protection to ensure decent work and employment, even during crises, is essential for upholding fundamental rights and human dignity, particularly for the most vulnerable groups and families displaced due to the inability to live and work in their native regions. Labor sector institutions and organizations, both in conflict-affected regions and globally, must facilitate the path to peace and reconstruction, as this is the sole means to ensure dignified living and working circumstances for their populations.*

Keywords: *Adequate employment; Conflict; Tranquility; Labor and employment conditions; Societal vulnerability.*

Introdução

O presente artigo retoma o tema abordado no artigo publicado em 2 de abril último (https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/197), a partir de um Estudo Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Recomendação n.º 205, de 2017 (Emprego e ao Trabalho Decente para a Paz e a Resiliência), que se encontra disponível em: https://www.ilo.org/es/resource/prueba-de-conferencia/ilc/ilc114/el-empleo-y-el-trabajo-decente-para-la-paz-y-la-resiliencia. Para além da persistência (e do recrudescimento) de diversos conflitos, ao redor do planeta, resultando em perdas incalculáveis de vidas humanas, patrimônio material e imaterial, além do apagamento de histórias e projetos de vida em sociedade, a volta ao tema também se dá em função de uma matéria, publicada pela Folha de São Paulo em 6 de abril, assinada pelo jornalista Renan Marra e intitulada "Guerra no Oriente Médio amplia exploração e abandono de trabalhadoras migrantes", que se encontra disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2026/04/guerra-no-oriente-medio-amplia-exploracao-e-abandono-de-trabalhadoras-migrantes.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo.

No texto, Marra descreve algumas histórias impactantes sobre a vulnerabilização extrema de trabalhadoras migrantes em contextos de conflito armado, ponto que igualmente foi abordado pelo Estudo Geral da OIT, anteriormente discutido. E que, também, conecta a reportagem à agenda da 114a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, a realizar-se em junho próximo, ressaltando o imperativo de avançarmos na direção de condições globais de trabalho justas, equânimes e sustentáveis para todas e todos, independente de gênero, raça e condição social.

Com olhar mais direcionado ao Oriente Médio, o jornalista inicia seu texto com o reconhecimento de estarmos vivendo uma grave crise humanitária que, na região, tem custado a vida e forçado o deslocamento de milhares de pessoas, dentre as quais um grupo em particular se destaca pela extrema vulnerabilidade e exposição a abusos (de distintas ordens), exploração e abandono: as mulheres migrantes que atuam como trabalhadoras domésticas. Condição que, segundo o autor, é *"o reflexo de uma cultura que invisibiliza e dificulta a proteção sobretudo das mulheres que atuam no setor"*.

Segundo dados da Federação Internacional de Trabalhadoras Domésticas (IDWF, sigla em língua inglesa), citados pelo autor no texto, a maioria das mulheres migrantes que atuam como trabalhadoras domésticas, na região, migra sob regimes profundamente coercitivos, trabalhando sob o chamado "sistema kafala", um regime de monitoramento de trabalhadoras e trabalhadores migrantes, predominante em países do Oriente Médio e do Norte da África, que vincula a condição legal de um/a imigrante diretamente ao seu empregador (ou *kafeel*, que na língua árabe significa garantidor ou protetor).

As trabalhadoras domésticas migrantes constituem a espinha dorsal da economia do cuidado na região, sustentando a organização dos lares, cuidando das famílias e contribuindo fortemente para as economias nacionais. Segundo dados da OIT, citados na reportagem da Folha de São Paulo, o trabalho doméstico representa aproximadamente 12,3% do emprego no Oriente Médio e mais de 32% do emprego feminino nos Estados árabes — percentuais bastante superiores à média global, de 2,3%. Segundo a reportagem, parte da explicação se deve à baixa participação feminina em outras áreas do mercado de trabalho da região.

No entanto, alerta a IDWF, em tempos de guerra, as trabalhadoras domésticas migrantes são as primeiras a serem abandonadas e excluídas de qualquer rede de proteção (https://idwfed.org/calls-to-action/migrant-domestic-workers-and-the-escalating-war-in-the-middle-east/). Atualmente, encontram-se imersas em uma catastrófica crise humanitária, decorrente da escalada da guerra na região, consequência da campanha militar dos EUA e de Israel sobre o Irã. Segundo a IDWF, centenas (talvez milhares) de trabalhadoras domésticas migrantes estão isoladas em residências particulares, com acesso limitado a informações, comunicações ou canais de evacuação. Muitas têm seus passaportes e documentos confiscados pelos empregadores (*kafeel*), têm contato limitado com suas famílias em seus países de origem e, frequentemente, são excluídas de medidas de proteção de emergência ou têm o acesso a abrigos antibombas negado.

Segundo Adriana Paz Ramírez, uma liderança global na luta pela proteção de trabalhadoras e trabalhadores migrantes e que, desde 2023, ocupa o cargo de Secretária-Geral da Federação Internacional de Trabalhadoras Domésticas (IDWF):

> *Há poucas horas [em 6/4/2026], já havia 15 países afetados por esta guerra, muitos civis morreram e, como era de se esperar, as trabalhadoras migrantes estão entre os primeiros da lista. Trabalhadoras domésticas migrantes estão presas dentro de casas ou abandonadas nas ruas, sem abrigos para se refugiarem e com poucos ou nenhum recurso para buscar repatriação para seus países de origem. Essa exclusão sistêmica da proteção causa vulnerabilidade sistêmica e sacrifícios inimagináveis para as trabalhadoras migrantes e suas famílias, que são os primeiros a pagar o preço em conflitos geopolíticos.*

A Secretária-Geral da IDWF lembra, ainda, que trabalhadoras domésticas migrantes — em particular aquelas com documentos retidos pelos *kafeel* — sem acesso à informação, a meios de comunicação ou, mesmo, apoio de suas embaixadas, ficam impossibilitadas de viajar e buscar abrigos disponíveis em outros países, onde poderiam encontrar proteção para a situação emergencial vivida. Destaca que muitas dessas trabalhadoras foram deslocadas das residências onde trabalhavam e viviam, abandonadas por seus empregadores e/ou deixadas sem acesso a necessidades básicas, abrigo ou assistência médica. E que o isolamento a que estão sendo submetidas pode possibilitar que os empregadores adotem práticas trabalhistas irregulares, como jornadas excessivas, sem direito a folgas, ausência de remuneração, restrição de intervalos e de alimentação adequada, entre outras.

Dados mais recentes da OIT, de 2021 (https://www.ilo.org/regions-and-countries/arab-states/ilo-arab-states/countries-covered/ilo-qatar/labour-migration-arab-states), estimavam que, no ano de 2019, aproximadamente 24 milhões de trabalhadoras e trabalhadores migrantes estavam empregados nos países do Oriente Médio, representando 14% de todos os trabalhadores migrantes no mundo. Trabalhadores que, no contexto atual de conflitos armados na região, encontram-se em situação de risco e impossibilitados de retornar aos seus países de origem, sobretudo aqueles que desempenham atividades de trabalho “invisíveis”, como as trabalhadoras domésticas, e que, silenciosamente, mantêm o funcionamento das sociedades, inclusive nos enclaves de luxo da região — poupados temporariamente dos impactos mais

graves e diretos da guerra, mas também atingidos pelas restrições de mobilidade, como o fechamento de aeroportos e do espaço aéreo regional.

Em um recente posicionamento sobre a escalada do conflito no Oriente Médio (https://idwfed.org/calls-to-action/migrant-domestic-workers-and-the-escalating-war-in-the-middle-east/), a IDWF afirma, de forma categórica, que nenhum/a trabalhador/a deve enfrentar a guerra sozinho ou sem acesso a informações e segurança e, nesse sentido, conclama que governos, empregadores e embaixadas possam:

- Garantir segurança e proteção: fornecer aos trabalhadores migrantes acesso a informações, apoio emergencial, abrigos e inclusão em protocolos de evacuação segura, independentemente de sua situação migratória;
- Criar/Oferecer canais de informação de emergência: estabelecer linhas diretas e sistemas de comunicação acessíveis para que os trabalhadores migrantes recebam instruções e atualizações de segurança em tempo hábil;
- Permitir passagem segura e repatriação: os países de destino e as embaixadas dos países de origem devem coordenar o apoio logístico e financeiro necessário para que os trabalhadores possam retornar para casa;
- Proteger trabalhadores indocumentados: garantir acesso à evacuação, abrigos, atendimento médico e assistência sem risco de detenção ou deportação;
- Garantir o acesso a documentos de identidade: os empregadores devem devolver imediatamente os passaportes e documentos pessoais;
- Promover a reparação de salários: garantir indenização e proteção financeira para os trabalhadores demitidos ou abandonados durante a guerra. Os governos devem implementar medidas financeiras, apoio de emergência e fornecer redes básicas de segurança econômica para os trabalhadores e suas famílias.

Organizando respostas à crise de crises

A reportagem da Folha de São Paulo cita algumas iniciativas em curso, visando apoiar mulheres trabalhadoras domésticas impactadas pelos conflitos no Oriente Médio. Uma dessas iniciativas vem sendo desenvolvida pela Rede de Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Domésticos (DoWAN, sigla em língua inglesa), organização com sede em Serra Leoa e que, até o início da guerra no Irã, apoiava a aproximadamente 10-15 trabalhadoras domésticas migrantes na região, por semana, e que viu esse número saltar para mais de 250 trabalhadoras/semana desde o início dos ataques.

Outra organização, a Reagrupamento dos Migrantes da África Negra (Reman, na sigla em francês), tem atuado na região e, assim como a DoWAN, registra aumento significativo de pedidos de ajuda (de menos de 100 para 465 por semana). Em ambos os casos, as organizações prestam serviços como consultoria jurídica, distribuição de alimentos, medicamentos e produtos básicos a migrantes em situação de vulnerabilidade — dentre os quais um quantitativo majoritário de mulheres trabalhadoras domésticas.

A Coalizão por Justiça Trabalhista para Migrantes no Golfo é outra organização que busca salvaguardar os direitos de trabalhadoras e trabalhadores migrantes, no contexto dos conflitos armados que seguem impactando as condições de vida e trabalho na região. A Coalizão

tem organizado esforços, junto a outras organizações, para ações imediatas de governos dos países de destino e de origem das trabalhadoras domésticas empregadas na região, assim como cobram suporte dos empregadores e das cadeias de suprimentos, articulando-se, ainda, com organismos internacionais para salvaguardar os direitos trabalhistas dessas mulheres trabalhadoras, em todos os países afetados pelo conflito. Em recente posicionamento, a Coalizão apela a todas as partes para que se implemente, em caráter urgente, um cessar-fogo definitivo, assim como urge às partes envolvidas no conflito o estrito respeito ao direito internacional humanitário, aos direitos humanos e à Carta da ONU (https://laborjusticegulfmigrants.org/solidarity-statement-march-2026/).

Seguindo a lógica de conversão de círculos viciosos em virtuosos — ponto explorado no Estudo Geral da OIT, que foi objeto do artigo publicado no Caderno em 6 de abril último (https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/197) —, e na mesma linha do posicionamento da IDWF, a Coalizão conclama todas as partes envolvidas com o conflito a:

- Implementar cessar-fogo e desescalada imediatos: Todas as partes no conflito devem cessar as hostilidades e respeitar integralmente o direito internacional humanitário e o direito internacional dos direitos humanos, que protegem os direitos de todos os civis em conflitos armados, independentemente da cidadania ou nacionalidade;

- Garantir acesso igualitário à proteção emergencial: Os governos dos países de destino devem garantir que os sistemas de alerta precoce, abrigos antibombas e outras infraestruturas de proteção, bem como a assistência humanitária, sejam plenamente acessíveis a todos os indivíduos, independentemente da cidadania ou do status migratório. Os governos dos países de destino e as embaixadas dos países de origem devem fornecer informações sobre os serviços de emergência em idiomas e canais que as comunidades migrantes possam compreender e acessar, para que os trabalhadores migrantes possam receber informações e assistência precisas e oportunas;

- Garantir passagem segura e repatriação: Os governos dos países de destino e de origem devem coordenar ações para facilitar a repatriação imediata, segura e gratuita dos trabalhadores migrantes que optarem por deixar os países afetados pelo conflito. Os empregadores não devem ter permissão para impedir a saída dos trabalhadores, inclusive retendo documentos ou salários, e devem pagar imediatamente todos os salários e indenizações devidos aos trabalhadores migrantes que desejam sair;

- Resguardar a liberdade de associação: Os governos dos países de destino e os empregadores devem abster-se de qualquer ação que tenha a intenção ou o efeito de interferir na liberdade de associação dos trabalhadores migrantes e na sua capacidade de aceder às suas organizações nos países de destino ou de origem, incluindo os seus direitos à liberdade de expressão e ao acesso e transmissão de informações. A liberdade de associação é essencial para garantir que os trabalhadores migrantes tenham a capacidade de tomar decisões informadas;

- Garantir proteção para Trabalhadores Domésticos Migrantes: Os governos dos países de destino, dos países de origem e as organizações internacionais devem tomar medidas específicas para garantir o acesso à informação, aos recursos, à repatriação e à proteção contra a discriminação, a desigualdade de género e o abuso sexual para os trabalhadores domésticos migrantes empregados nos países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), que trabalham em residências privadas e enfrentam barreiras significativas à

liberdade de associação, de circulação e de acesso à informação, o que pode impedi-los de aceder a ajuda, de abandonar locais de trabalho inseguros ou de repatriar-se;

- Abolir o Sistema Kafala: Os países de destino devem desmantelar imediatamente o sistema kafala, especialmente os vistos vinculados e os requisitos de autorização de saída, para garantir que os trabalhadores migrantes tenham o direito fundamental à liberdade de circulação, aos direitos laborais fundamentais e ao acesso à justiça. Proteção e reparação salarial: Os governos devem implementar redes de segurança financeira de emergência e penalizar rigorosamente os empregadores que praticarem roubo salarial ou demissões ilegais durante esta crise.

A Coalizão, por fim, rejeita o sacrifício sistemático de vidas de migrantes em prol de ganhos geopolíticos. E manifesta sua solidariedade aos trabalhadores do Golfo, da Jordânia, do Líbano e aos trabalhadores migrantes em toda a região, apelando à comunidade internacional para que priorize a segurança, a dignidade e os direitos humanos de todos os migrantes.

Notícias do front

Irã

Após dois meses do início dos ataques dos Estados Unidos e Israel ao seu território, o Irã vem registrando aumento crescente nos índices de desemprego. Principalmente por conta da destruição de instalações industriais, que paralisou a produção em diversos setores da indústria nacional e vem afetando, particularmente, os trabalhadores iranianos.

Reportagem da Deutsche Welle de 15 de abril último (https://www.dw.com/en/iran-sees-hundreds-of-thousands-of-jobs-lost-due-to-war/a-76794860) mostra que após reiteradas (e fracassadas) tentativas de negociação da paz entre os Estados Unidos e o Irã, intermediadas pelo Paquistão, seguem os bloqueios no Estreito de Ormuz que, além de buscarem reduzir as receitas com a exportação de petróleo, pelo Irã, e impedir que Teerã cobre pedágio pela passagem por essa rota marítima estratégica, também serve para impedir que mercadorias cheguem aos portos iranianos — tática de impor restrições e dificuldades à população, como estratégia (ainda longe de ser alcançada) de mobilizá-la contra o atual governo do país.

Segundo o sindicalista Ismail Abdi, ouvido pela DW na reportagem, a continuidade da guerra — seja por ações militares ou na forma de bloqueios/tensões regionais —, exerce forte pressão sobre as pessoas comuns, especialmente trabalhadores da indústria, professores e outros assalariados, enfraquecendo o poder de negociação destes trabalhadores e empurrando os salários ainda mais para perto de um ponto de colapso total. O sindicalista lembra que quando fábricas, oficinas ou postos de serviços são fechados ou têm suas atividades reduzidas, os trabalhadores terceirizados, diaristas e aqueles em empregos informais são os primeiros a sofrer.

Segundo a reportagem, a guerra vem trazendo graves consequências para a economia do Irã, que há tempos tem sido fragilizada por problemas de gestão, corrupção e sanções internacionais. Entre os setores mais impactados, a siderurgia merece destaque, sobretudo considerando seu papel como um dos principais motores da economia iraniana — de acordo com a Associação Mundial do Aço (https://worldsteel.org/media/press-releases/2026/december-2025-crude-steel-production-2025-global-crude-steel-production/), o Irã figura entre os 10 maiores produtores de aço do mundo, ao lado de países como China, Estados Unidos e Alemanha.

Um exemplo da crise pode ser observado na interrupção de operações da siderúrgica Mobarakeh, uma das mais importantes do país, localizada em Isfahan, após um segundo ataque conjunto entre Estados Unidos e Israel, no final de março. Sob a premissa que os ataques buscam enfraquecer as capacidades militares do Irã, já que o aço é uma matéria-prima essencial para a produção de bens militares, como mísseis, drones e navios, as agressões comprometem fortemente as cadeias de suprimentos automotivas, a produção de eletrodomésticos, a indústria de embalagens e conservas e o setor da construção civil, colocando dezenas de milhares de trabalhadoras e trabalhadores em situação de completa vulnerabilidade. Principalmente considerando que mais de 10 mil trabalhadores deste setor desenvolvem suas atividades laborais como diaristas ou mediante vínculos precários de trabalho.

Enquanto dezenas de milhares de trabalhadores da siderurgia são mantidos afastados de seus ambientes de trabalho, por tempo indeterminado, sem garantia de salários ou da continuidade de seus vínculos empregatícios, cabe considerar que uma paralisação da produção siderúrgica também pode desencadear uma reação em cadeia, forçando dezenas de outros setores, que dependem do aço e de outros metais, a interromperem suas operações.

Ataques a plantas petroquímicas também terão repercussões enormes no mercado de trabalho, afirmou Umud Shokri, estrategista de energia e pesquisador sênior visitante da Universidade George Mason, ouvido pela DW na reportagem. Os ataques a importantes polos petroquímicos, como os ocorridos em Asaluyeh, no campo de gás de South Pars, em Mahshahr e em Shiraz, causaram danos significativos e paralisaram diversas instalações, comprometendo as cadeias produtivas do setor. E impactando fortemente o mundo do trabalho, no país. Em Mahshahr, por exemplo, onde mais de 30.000 pessoas trabalham, registra-se uma forte onda de demissões repentinas e cortes salariais, indicando que os danos da guerra vão muito além das próprias instalações e das cadeias de suprimentos: interferem diretamente nas receitas do Estado — comprometendo programas e serviços como os de saúde e educação — e na garantia das condições mínimas de vida das pessoas direta e indiretamente vinculadas a este setor, no país.

Outro setor da economia, que vem sendo fortemente impactado pela guerra no Irã, é o setor de serviços digitais, incluindo a plataforma de transporte por aplicativo Snapp, frequentemente descrita como o "Uber iraniano". A reportagem lembra que apesar das restrições à Internet, impostas pelas autoridades desde o início da guerra, como estratégia para evitar possíveis protestos, os serviços mediados por plataformas digitais continuam operando no país, apesar do reduzido número de usuários, devido à guerra, seja por restrições de deslocamentos ou por não terem mais condições de usá-los (restrições financeiras). Como decorrência, milhares de trabalhadores *freelancers*, sobretudo programadores e produtores de conteúdo, perderam a capacidade de trabalhar, sendo forçados a retornar ao mercado de trabalho tradicional, já bastante fragilizado e limitado em função da guerra.

Ismail Abdi destaca que, a curto prazo, essa situação leva à queda da renda real e ao aumento da pobreza entre os trabalhadores e, a longo prazo, aumenta o risco da exploração do trabalhador, que muito provavelmente será levado a sujeitar-se a condições de emprego mais precárias, com menos proteção (física e social) e menor remuneração.

Gaza

Em comunicado de imprensa publicado em 21 de abril último (https://news.un.org/en/story/2026/04/1167345), a Organização das Nações Unidas (ONU) aborda uma

face pouco explorada da crise humanitária vivida na Faixa de Gaza e demais territórios ocupados da Palestina: a dramática crise do trabalho e do emprego na região. O comunicado desvela a situação vivida por jovens palestinos, muitos com formação universitária e até mesmo cursos de pós-graduação, deixando de lado a carreira e o sonho de colocar em prática suas habilidades e competências profissionais, na maioria dos casos conquistadas com muito esforço, diante das restrições impostas à população local, há décadas, para fazer qualquer atividade de trabalho, com o único objetivo de sobreviver.

Entre os diversos casos abordados no comunicado está o de Abdullah al-Khawaja, um engenheiro elétrico, recém-formado que, por conta da guerra e dos bombardeios, teve que se deslocar de Rafah para Khan Younis e, agora, trabalha atrás de uma pequena barraca de venda de especiarias, abdicando da carreira para a qual se preparava há anos. O engenheiro resume a situação atual em que se encontra em palavras curtas e duras: *"a guerra destruiu todos nossos sonhos e todos os canais de comunicação com nossas ambições foram cortados".*

Assim como ele, muitos foram forçados a recorrer à chamada "economia de sobrevivência", aceitando trabalhos que ficam muito aquém de suas aspirações, aceitando condições de trabalho e remuneração muito aquém do que seria esperado em tempos de paz, especialmente para trabalhadores mais qualificados. No mesmo mercado em que Abdullah trabalha, vendendo especiarias, há outros exemplos que retratam a "economia da sobrevivência": jovens com diploma universitário e formação avançada em suas áreas de estudo vendendo doces e bebidas em barracas, produtos de limpeza na rua e materiais de escritório de porta em porta.

Segundo o comunicado, as experiências desses jovens palestinos refletem uma realidade de trabalho e emprego cada vez mais precária no enclave devastado, onde a taxa de desemprego ultrapassou os 80% e grande parte da população se concentra em garantir o essencial para a sobrevivência. Segundo dados do Escritório Central de Estatísticas da Palestina, citados pela ONU em seu comunicado, o preço de produtos básicos na Faixa de Gaza aumentou 37,9% em fevereiro de 2026, intensificando ainda mais a pressão sobre as famílias.

Um relatório conjunto, elaborado pela Organização das Nações Unidas e a União Europeia (https://unsco.unmissions.org/en/news/final-gaza-rapid-damage-and-needs-assessment), estima que as necessidades de recuperação e reconstrução de Gaza cheguem a US$ 71,4 bilhões ao longo de 10 anos, incluindo US$ 26,3 bilhões a serem aplicados em um período inicial de 18 meses, apenas para restabelecer serviços básicos, reconstruir infraestrutura e promover a retomada mínima da economia. Este mesmo relatório afirma que a economia de Gaza contraiu 84%, o que evidencia a profundidade da crise no mundo do trabalho que vem levando milhares de profissionais graduados e trabalhadores qualificados a recorrerem a atividades informais, apenas para sobreviver.

Os dados referentes ao mundo do trabalho no Território Ocupado da Palestina e, em particular, na Faixa de Gaza, são impactantes e se somam a outros indicadores, que dão concretude à crise humanitária pela qual a região passa. Mais de 60% da população de Gaza perdeu suas casas e 1,9 milhão de pessoas foram deslocadas, muitas vezes repetidamente. Mulheres, crianças, pessoas com deficiência, entre outros grupos da população mais vulnerabilizada, são as mais afetadas. Em pouco mais de dois anos de conflito, mais de 71.000 palestinos morreram e mais de 171.000 foram feridos, segundo dados do relatório conjunto ONU/UE, além de um número impreciso, porém grande, de desaparecidos sob os escombros.

Sudão

Em Abril de 2026, ao completarem 3 anos de guerra no Sudão, a Organização das Nações Unidas para Migração (IOM) lançou uma série de registros, em formato *storytelling* (https://storyteller.iom.int/stories/after-war-and-loss-one-young-man-begins-again-djibouti), sobre os impactos da guerra nas vidas de jovens sudaneses, incluindo aqueles relacionados ao trabalho e ao emprego. Um dos registros trouxe à tona a história de Amar, jovem estudante de um curso técnico em refrigeração e sistemas de climatização que, com a guerra, teve que deixar sua cidade natal, Al Jazeera, para buscar emprego, sobretudo após o fechamento das escolas e da perda de emprego de seu pai, professor de história e geografia.

Decidiu buscar trabalho na Arábia Saudita. Encontrou exploração, violência e ameaça física e mental. Ao decidir voltar para o Sudão, encontrou problemas migratórios na fronteira entre a Etiópia e o Djibouti, sendo acolhido, posteriormente, em um centro da IOM na capital do país, a Cidade de Djibouti. Recentemente, Amar recebeu seu certificado de solicitante de asilo no Djibouti, um documento pequeno, mas que abre portas para novas possibilidades. Seu desejo? Um emprego e um lugar para morar, que o permita restabelecer a dignidade perdida nos tempos mais difíceis pelos quais passou, e que lhe dê condições mínimas para ajudar a família e, tão logo seja possível, regressar à sua terra natal.

O desejo de Amar é o mesmo de muitos jovens obrigados a emigrar do Sudão, pela guerra. E que, dificilmente, serão alcançados por uma geração inteira de jovens que não conseguiram ou não puderam deixar o país, por conta da guerra civil. Segundo relatório recente (https://undpsudan.exposure.co/beyond_conflict_report) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cerca de 19 milhões de crianças em idade escolar tiveram sua educação interrompida, uma catástrofe demográfica que moldará a força de trabalho do Sudão, seus indicadores de saúde e sua vida cívica por décadas. Universidades foram incendiadas e saqueadas. Programas de formação, capacitação profissional e estágios foram abandonados e milhões estão perdendo anos preciosos de experiência acadêmica, prática e profissional enquanto o país aguarda a paz.

Nesse cenário desalentador, estimativas consideradas no relatório apontam que a pobreza extrema deve se agravar, atingindo quase 60% da população em 2030 (aproximadamente 34 milhões de pessoas. O Sudão, neste cenário, não atingiria nenhuma das principais metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). E os impactos sociais, sobretudo nos campos da Educação e Trabalho, não deverão retornar à normalidade nem mesmo em 2043 — e isso considerando a possibilidade do conflito se encerrar neste ano de 2026.

Conclusões

Os impactos relacionados a guerras e conflitos são, frequentemente, identificados entre ataques com mísseis, avanços territoriais, perdas de vidas humanas e os confrontos diplomáticos entre as partes, deixando para trás alguns marcadores menos visíveis do sofrimento humano, mais silenciosos e não menos degradantes. Os conflitos no Sudão, em Gaza e, mais recentemente, no Irã começam a expor a vulnerabilidade de milhões de trabalhadores migrantes — de marinheiros a funcionários civis, de trabalhadores da construção civil a trabalhadoras domésticas — que, longe de seus países de origem, e com redes de suporte extremamente frágeis, ajudam a sustentar a infraestrutura da economia global, muitas vezes descobertos de quaisquer direitos trabalhistas.

Às vésperas de mais uma Conferência Internacional do Trabalho, a realizar-se de 1º a 12 de junho próximo, o tema se apresenta como um dos mais relevantes e complexos a serem enfrentados pelas organizações empenhadas com a promoção do trabalho saudável, seguro, sustentável e equitativo, como a própria OIT que, nesta seção da Conferência, abordará a questão de Gaza e dos territórios árabes ocupados a partir do Relatório do seu Diretor-Geral, intitulado "Situação dos Trabalhadores nos Territórios Árabes Ocupados", elaborado para a Conferência de 2025 (https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-05/ILC113%282025%29-DG-APP-%5BRO-BEIRUT-250402-001%5D-Web-EN.pdf), e que figura como Anexo ao Item I da Agenda de 2026.

À guisa de conclusão, e a partir de alguns pontos-chave e recomendações do relatório — que se aplicam aos demais conflitos aqui retratados —, entende-se que a promoção de condições mínimas de trabalho e emprego, orientadas pelos princípios do trabalho saudável, seguro, sustentável e equitativo, mesmo nos contextos mais adversos, é premissa básica para a garantia da dignidade humana. É necessário e urgente avançar em estratégias para a garantia da governança do setor Trabalho, mesmo nos contextos de resposta às crises, que reconheça os impactos sobre as capacidades institucionais dos países afetados pelos conflitos, comprometendo as condições mínimas para a implementação de políticas de emprego e proteção social.

Nesses contextos, e como estratégia de primeira ordem, destaca-se a importância da implementação de programas de emergência para a geração de trabalho e emprego, aliados à promoção das redes de proteção Social e apoio às vítimas da crise, incluindo as trabalhadoras e os trabalhadores afetados pelos conflitos. Ampliar a proteção social no contexto da garantia do emprego decente, mesmo em situações de crise, é condição básica para o combate à pobreza, frequentemente associada aos impactos dos conflitos sobre a população, assim como o apoio aos grupos mais vulnerabilizados, incluindo órfãos de trabalhadores vítimas dos conflitos e as famílias deslocadas pela impossibilidade de viver e trabalhar em seus territórios de origem.

Uma vez garantidas tais condições mínimas, com ações de primeira ordem, é possível pensar em uma agenda para a recuperação do trabalho e da economia, com a consequente criação de empregos. Prioridades incluem a reativação de setores essenciais da economia, a reconstrução da infraestrutura do setor Trabalho e a promoção de estratégias para a inclusão de grupos da população tradicionalmente vulnerabilizados, como as mulheres, os jovens com pouca qualificação profissional e pessoas com deficiência, entre outros grupos.

Por fim, cabe lembrar que antes de serem territórios fortemente impactados (ou, mesmo, devastados) por guerras, Gaza, Sudão e Irã, entre outras nações sob impacto de conflitos armados, ao redor do planeta, são terras com histórias, gente, paisagens e recursos naturais, patrimônios materiais e imateriais e que, no momento, vivem uma diáspora sem precedentes no que tange a trabalhadores com habilidades, conhecimentos e formação avançados, sem condições de trabalho em sua própria terra natal. As instituições/organizações do mundo do trabalho, nesses territórios e internacionalmente, precisam contribuir para a pavimentação de caminhos rumo à paz e à reconstrução, como única forma de garantia de condições de vida e trabalho decentes para suas populações.